

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 10.188, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001.

CRIA O PROGRAMA DE ARRENDAMENTO
RESIDENCIAL, INSTITUI O ARRENDAMENTO
RESIDENCIAL COM OPÇÃO DE COMPRA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

.....

CAPÍTULO II
DO ARRENDAMENTO RESIDENCIAL

.....

Art. 8º O contrato de aquisição de imóveis pelo arrendador, as cessões de posse e as promessas de cessão, bem como o contrato de transferência do direito de propriedade ao arrendatário serão celebrados por instrumento particular com força de escritura pública e registrados em Cartório de Registro de Imóveis competente.

Art. 9º Na hipótese de inadimplemento no arrendamento, findo o prazo da notificação ou interpelação, sem pagamento dos encargos em atraso, fica configurado o esbulho possessório que autoriza o arrendador a propor a competente ação de reintegração de posse.

.....

.....